

Revista Brasileira



SEPARATA

FASE VII 🐉 OUTUBRO-DEZEMBRO 2010 🐉 ANO XVII 🐉 N.º 65

É preciso imaginar Albert Camus feliz

FASE VII 🐉 ABRIL-JUNHO 2011 🐉 ANO XVII 🐉 N.º 67

Desconstrução dos gêneros literários

FASE VII 🐉 JULHO-SETEMBRO 2011 🐉 ANO XVII 🐉 N.º 68

Mário Chamie (1933-2011)

EDUARDO PORTELLA

Nota editorial

Os textos aqui enfeixados lograram publicação anterior em diferentes números da *Revista Brasileira*, periódico trimestral editado pela Academia Brasileira de Letras, marcado pela versatilidade de temas e de formas: ensaios e artigos de variadas áreas do conhecimento, contos e poemas nacionais e estrangeiros estão sempre na pauta da publicação.

O artigo “É preciso imaginar Albert Camus feliz” foi extraído do número 65 (outubro-dezembro de 2010) e “Desconstrução dos gêneros literários”, do 67 (abril-junho de 2011). No primeiro estudo, o autor refuta uma visão maniqueísta do escritor francês e destaca que para se compreender Camus é preciso olhá-lo não apenas pelo viés do absurdo, mas igualmente perceber outros aspectos de sua sensibilidade criadora, tais como o repúdio à violência e o poder que concede ao amor como fonte geradora de vida. Já em “Desconstrução dos gêneros literários”, o Acadêmico destaca os novos desafios do fazer literário frente aos ditames da modernidade e da pós-modernidade ou, como prefere tratar esta última, “baixa modernidade”, tão afeitas ao descentramento do pensar e à quebra de totalidades e singularidades. Em seu texto “Mário Chamie” (1933-2011), publicado na *Revista Brasileira* 68 (julho-setembro de 2011), o Acadêmico escreve sobre a perda lastimável do amigo, poeta e líder da Poesia Práxis, recentemente falecido. Segundo Portella, Mário Chamie era um artista e pensador autêntico da literatura, não um mero reescritor do já dito.

Por todas essas razões e certamente por outras qualidades que achará o leitor, recomenda-se vivamente a leitura destes ensaios de Eduardo Portella.

MONIQUE CORDEIRO FIGUEIREDO MENDES

É preciso imaginar Albert Camus feliz

EDUARDO PORTELLA

A França, todo o mundo acadêmico e cultural vem registrando, sem pompas, porém com circunstância, o cinquentenário da morte do escritor Albert Camus (1913-1960).

Ao falar dele, nós vamos nos ocupar de um autor incompreendido. Incompreendido por ser plurívoco, por cultivar a ambiguidade, por buscar a felicidade com todas as suas frágeis forças, por recusar todo e qualquer viés ideológico. Sobretudo por se opor à violência e à opressão.

Não saberia afirmar se ele contribuiu ou não para esse desentendimento. Muito menos se foi ele quem descobriu o absurdo, ou se foi o absurdo que o revelou. Em *Le malentendu*, tragédia moderna, por alguns considerada malograda, ele metaforiza os ruídos do entendimento. Em todo caso, há muito do próprio Albert Camus nesse mal-entendido. Daquele que trocou a passagem de trem que o levaria de volta a Paris pelo automóvel veloz do seu amigo Michel Gallimard, que o deixou para sempre no Le Grand Fossard de Villeblevin. Em Lourmarin visitei o seu túmulo, em um dia de sol de verão, muito ao seu gosto, e pude ler as inscrições simples, com o seu nome, sobrenome e datas.

O percurso de Albert Camus foi um percurso acidentado, partido ao meio, dilacerado, sempre enfrentando a repressão e o terrorismo. A sua biografia aponta para o pai prematuramente morto, a mãe meio surda e batalhadora, o tio deficiente físico, e nele a renitente doença pulmonar que tantas vezes o levou à internação hospitalar. Mesmo assim jamais cedeu ao derrotismo, ou deixou de compreender “a exigência da felicidade e sua busca paciente”. A certa altura do *L'état de siège*, ele exclama: “Eu devo me dedicar a ser feliz”. Mas Camus, porque acredita fortemente no amor, tem dúvidas, e não as evita. Prefere acreditar, em instantes cruciais, que a história e a revolução são incompatíveis com o amor. Ele é enfático, depois de haver passado por experiências partidárias traumáticas, na crítica do ideal de revolução. Em nenhum momento deixou de ressaltar a contradição insuperável entre revolta e revolução. É cada vez mais o livre atirador sem papas na língua.

Apesar da sua dupla nacionalidade, se assim se pode dizer, Albert Camus não é um ser fronteiriço, porque habita, com igual intensidade, qualquer uma das geografias que lhe foi destinada. Na verdade, habita a pátria do homem: absurdo, insubmisso, revoltado e, ao mesmo tempo, terno e tolerante. Se foi, em dias matinais de sua travessia, um existencialista, terá sido um existencialista conflitado, sintagma tão pleonástico quanto verdadeiro.

Tornou-se impossível viver em permanente estado de guerra. Desde que se reconheçam a felicidade, as paixões inesperadas, o amor, a beleza, a natureza e que se rejeite a política do pior. Mais até do que *absurdité* estes são os temas prioritários da agenda explícita de Albert Camus. Com eles podemos superar a solidão do homem, a toda hora acochado pela ação corrosiva das coisas.

Não é fácil ser feliz tendo de remover o absurdo e administrar a revolta. No entanto, o sol mediterrâneo e a sabedoria da razão permeabilizada têm razões que a própria razão desconhece, mas que Meursault, aquele personagem indiferente do *L'étranger*, que assassinou o árabe por causa do sol, conhece muito bem.

A sua origem deserddada, daqueles marcados para “desaparecer sem deixar traços”, soube evitar qualquer tipo de ressentimento e promover o elogio, radioso, solar, caloroso, o que emerge da terra e das águas mediterrâneas.

Motivado pela paisagem dos sonhos matinais, e das adiadas promessas de felicidade, Camus exalta a vida até a erotização da linguagem, o amor à vida, a todas as suas manifestações. A vida é a procura incessante e infatigável da felicidade. Em franco dissídio contra qualquer forma de assassinato, político ou não. Contra a pena de morte.

Camus é, na última modernidade, um dos primeiros fundadores do partido da vida: o único partido inteiro. Voltado para a interminável contenda de homem e mundo. Se niilismo houver, talvez soprado pelo impulso vitalizador de Zarathustra, será o niilismo ativo. A sua revolta envolve a humanidade, e inverte a famosa sentença cartesiana: “*Je me revolte, donc nous sommes*”. Daí fazer questão de deixar bem claro: “Todo valor – diz – não implica a revolta, mas todo movimento de revolta invoca tacitamente um valor”.

O quadro ficcional de Albert Camus se desdobra em duas vertentes básicas. De um lado a trilogia do absurdo, *L'étranger* (1942), *Le mythe de Sisyphe* (1942), *Calígula* (escrito em 1938 e apresentado em 1945); e do outro o ciclo da revolta, *La peste* (1947), *L'homme révolté* (1951), *La chute* (1956), intermediada, como uma espécie de ponte, pelo *Le malentendu*, escrito em 1942 e encenado em 1944, tendo no primeiro papel feminino a atriz María Casarès, sua grande paixão.

Sartre considerava, não por acaso, *La chute* como o seu “mais belo livro”.

No *L'étranger* caminham de mãos dadas a cuidadosa estilística da simplicidade e a moral da honra. Alain Robbe-Grillet destaca aí a competência em nivelar objetos e acontecimentos, no encaço da consciência. Ortega y Gasset já dissera de Marcel Proust que “esse gênio deliciosamente míope criou uma nova distância entre nós e as coisas”. A predominar a hipótese orteguiana, Camus seria um herdeiro convincente da estratégia proustiana. Mas são também lembranças afetivas e olfáticas da Alger de Meursault que se sobressaem. A honra, visceralmente acompanhada da justiça e da liberdade, aí desponta e prossegue pela vida afora, mais até do que na peça *Les justes*, no personagem Diego, de *L'état de siège*, e na contracorrente do “realismo político”. Camus reafirma a sua condição de artista, de escritor.

Calígula vem a ser o protagonista maior do absurdo. Desse vírus que se espalha por todas as partes. Caius Caesar Augustus Germanicus, dito Calígula, Ter-

ceiro Imperador Romano, era a encarnação do poder: superlativo, arbitrário, perverso, incestuoso. Costumava bradar: “Minha liberdade não tem limites”. Era a megalomania em marcha batida para o fracasso. Um ou outro se inclina por interpretá-lo como o “tirano inteligente”, que pôs em xeque o próprio poder. Tenho dúvidas.

O homem não está completamente livre porque a “peste”, doença metafórica por Camus, pode aparecer a qualquer momento. Apareceu sob a égide do acidente fatal, em 1960, em cujos derradeiros destroços foram encontrados os manuscritos da sua narrativa inacabada *Le premier homme*, por tantos considerada a sua obra-prima, só publicada em 1994. É um desfile de sensações, não raro sofridas, e mesmo assim otimistas. A infância pobre, a origem, o percurso, vazados no mais alto lirismo. Os escrivinhadores burocráticos, as britadeiras verbais, sempre se apressaram em condenar o seu “escrever bem”, modulado, tenso, fluente. Não pouparam, nunca deixaram de penalizar o crime de “escrever bem”.

Precisamente na primeira frase do ensaio *Le mythe de Sisyphe* está cravada uma formulação emblemática: “É preciso imaginar Sísifo feliz”.

Sísifo fora condenado pelos deuses a realizar um trabalho inútil e sem esperança por toda a eternidade: empurrar sem descanso uma enorme pedra até o alto de uma montanha, de onde rolaria encosta abaixo para que o absurdo herói mitológico descesse em seguida até o sopé e empurrasse novamente o rochedo até o alto, e assim indefinidamente, numa repetição monótona e interminável através dos tempos. Para Camus, este é o momento da consciência adquirida. O inferno de Sísifo é a trágica condenação de estar ocupado por algo que a nada leva. Ele amara a vida e menosprezara os deuses e a morte. Por tal insolência fora castigado a realizar um trabalho sem esperança. Sua rebeldia poderia ter sido motivo de reverência por insurgir-se contra o espectro da morte e o poder dos deuses, mas fora castigado por uma justiça duvidosa. Não seríamos todos Sísifos ao fazer de nossa vida diária uma enorme pedra que levamos ao topo de uma montanha para que role ladeira abaixo e volte a ser erguida no dia seguinte, na rotina do trabalho repetitivo sem variação ou renovação? Não estaríamos empenhados num grande esforço, numa grande luta, num grande

sacrifício que não estaria conduzindo a nada, como o sisifismo da mitologia? Talvez nosso trabalho seja uma condenação, e nossa vida, uma tragédia rotineira. Talvez, num lampejo de consciência, Sísifo tivesse reconhecido o peso de seu infortúnio, representado pelo enorme rochedo da materialidade e da inutilidade; consideraria que ele próprio, com a sua mente e sua sensibilidade, estaria assemelhando-se ao rochedo, e que seria necessário reverter aquele processo, monótono, cíclico. Talvez fosse possível mudar a rotina absurda de dias, anos e séculos. Preso, no entanto, à mitologia, criado que fora para cumprir essa finalidade pedagógica, nada pode mudar. Ele prossegue no seu tormento para que possamos superar os nossos; é um herói trágico e absurdo. Para o ser humano existe a possibilidade de modificar a rotina, ela mesma absurda, de lançar longe o rochedo das misérias, da ignorância e da inconsciência; deixar de repetir os dias, os anos e as vidas sem variação alguma para construir o próprio destino. A pedra de Sísifo tem, nos dias de hoje, outros nomes, mas é inútil o trabalho de erguê-la.

Sísifo, como o homem, é rebelde, mas incapaz, e é naqueles momentos de consciência que ele consegue transcendência sobre os deuses. No final das contas, Camus vê em Sísifo não a imagem de um trabalho duro, contínuo, cansativo e incessante, mas a de um homem alegre que reconhece que seu destino lhe pertence. Ele, e somente ele, pode determinar a essência da existência. Camus termina seu ensaio com Sísifo no pé do monte, preparado para suportar exercício tortuoso e inútil de rolar a pedra ladeira acima uma vez mais, porém não vê Sísifo como atormentado, castigado; pelo contrário, vê-lo feliz. Feliz porque descobriu o segredo da vida.

Deixemos que o rochedo role ladeira abaixo e que Sísifo prossiga como mito. E que o pensamento de Albert Camus, antes interrogativo que hesitante, possa continuar a sua jornada sem mágoas e sem queixas outras. Distante dos sistemas filosóficos abstratos, desesperadamente próximos do saber incendiado, e certamente incendiário de Friederich Nietzsche. São retratos sem retoques, mesclados de uma ironia antecipadamente pós-metafísica.

Albert Camus se revolta contra a política de uma nota só, praticada tanto à direita quanto à esquerda, e que chegou a seduzir Jean-Paul Sartre. Indagado

se era de esquerda, Albert Camus, que a essa altura se opõe aos radicalismos, responde de modo ironicamente exemplar: “sim, apesar de mim e apesar dela”. É provável que Sartre e Camus se identificassem pelos mesmos fins, embora se afastassem em função dos meios a disporem. Camus acreditava nos valores “mediadores”. Sartre, não. Sartre era peremptório. Por isso a literatura os uniu e a política os separou. Aí então Albert Camus vai alinhando as suas divergências. Discorda de Jean-Paul Sartre politicamente, de Roland Barthes esteticamente, de François Mauriac religiosamente. Os camusianos passaram a considerar Sartre um categórico mercador de certezas. De qualquer maneira persiste em Camus um reconhecimento diante do mundo que Sartre jamais assinaria.

Camus mantém o seu compromisso inegociável com a verdade, nunca pre-determinada nem lacrada em algum cofre fechado. Repele a ideologia para reforçar o pensamento. Também não recusa a lógica aberta, porém a ideologia que substitui a realidade viva. Foi dos pioneiros na identificação do “fim das ideologias”. Refuta, com o mesmo ímpeto, a “sociedade policial” e a “sociedade dos mercadores”, o capitalismo selvagem e o “socialismo totalitário”. Revolta, sim. Violência e opressão, não. “O homem revoltado deve saber medir a sua revolta”. Enquanto Sartre prefere a revolução, ou seja, a revolta desmedida e descalibrada.

Não podia ser mais transparente o inconformismo camusiano. É nitidamente contra a tortura, a corrida armamentista, a pena de morte, o terrorismo cego. Não bem compreendido, evidentemente, pelas tropas de choque, ou de elite, acionadas por todos os totalitarismos. No caso da literatura, o cultivo da polisssemia o protegeu da clausura ideológica.

Mas Albert Camus foi momentaneamente esquecido, graças a uma campanha sistematicamente movida pelos combatentes de guerras injustas, pelos donos da intolerância, pelas patrulhas ideológicas, pelo terror sem causa.

Convém evitar a leitura maniqueísta de Albert Camus. Ela não dá conta da sua generosa superioridade. Assim, porque soube diagnosticar o absurdo, compreender a revolta, repudiar a violência, destacar o amor como fonte geradora de vida, dar voz a Sísifo, temos o direito de imaginar Albert Camus feliz.

Desconstrução dos gêneros literários*

EDUARDO PORTELLA

Até a chegada dos tempos modernos, a literatura, o fazer poético, vivia uma vida sem grandes sobressaltos. Algumas surpresas, não muitos desafios. O quadro era razoavelmente estável. As belas letras, nem sempre tão belas, se enquadravam disciplinadamente no organograma oficial dos gêneros literários. Quando muito se compraziam em registrar inflexões líricas, trágicas ou cômicas. Certas contorções titânicas nunca se fizeram de rogadas. O melodrama jamais deixou de se mostrar presente.

Com o advento progressivo das modernidades, bruscas transformações foram ocupando o espaço público. Verificou-se igualmente um descentramento do pensar, em meio à voracidade de pressões, impressões e percepções difusas. A ideia de totalidade, que tanto protegera as gerações anteriores, tornou-se relações paradoxais; papéis intercambiáveis, tonalidades múltiplas, o anúncio, a espera, os sonhos, a fronteira sinuosa passaram a configurar outras pautas, com índices de perplexidade e risco insuportáveis.

* Conferência inaugural do Ciclo “Gêneros Literários: um Olhar Atual”, proferida na Academia Brasileira de Letras, em 15.03.2011.

As colisões do sujeito, despreparado para o arriscado tráfico da cidade moderna, apontavam na direção de choques desalentadores do “eu” no meio da rua. Aqueles mesmos que Edgar Allan Poe e Charles Baudelaire conheceram por dentro no exato instante do seu deslocamento para fora, da saída do espaço privado para a esfera pública. A era posterior do anonimato, ou da perda acelerada da singularidade, apressou a marcha batida do indivíduo cindido.

Na ordem da representação verifica-se o deslocamento ou o alargamento do olhar. E, conseqüentemente, os gêneros literários estáveis foram deixando de dar conta desse mundo cada vez mais instável.

O vigor do impulso poético rompe a barreira dos gêneros e denega as concepções clássicas, neoclássicas e classicizantes. Essas espécies individualizadas, que se imaginavam irreversivelmente saudáveis e opulentas, se viram inesperadamente submetidas a um processo de desidratação, ao longo do percurso que vai da alta modernidade ao que venho chamando de baixa modernidade, no lugar de pós-modernidade.

Quando se verifica a desmobilização dos gêneros literários? Creio que a partir do momento em que começam a ruir as hierarquizações institucionalizadas, e tomam corpo e alma desestabilizações sintáticas e semânticas pouco ou nada previsíveis. Verifica-se, portanto, quando a modernidade entra na sua contagem regressiva.

Fica fácil entender por que a teoria dos gêneros literários, codificada pela retórica hegemônica, assumiu a postura de uma prática fascista. Ela preferiu a exclusão à inclusão, ignorou as diferenças complementares, a força da mescla, da hibridização e, mais que tudo, supervalorizou a existência de gêneros puros e superiores.

À medida que a ânsia legítima da forma foi sendo substituída pela ansiedade ilegítima do formato, o empreendimento artístico, que trazia consigo um passado honroso, foi se degradando. Não falo evidentemente dos desvios de conduta de construções pretensamente literárias: telenovelas monotonamente formatadas, romances de autoajuda ou de trapaças esotéricas, poesias altissonantes, de ambições políticas ou de celebrações evangélicas; muito menos

das crônicas opacas de eventos pontuais ou das memórias autoinflamáveis, que recolhem displicentemente essas proliferações do discurso recessivo.

Inclino-me a me ocupar de combinações inesperadas, de interfaces criativas, desse vasto elenco de imprevisibilidades. Um poeta da altitude de João Cabral de Melo Neto traz consigo, introjetado no poema, uma poética aguda. A tal ponto que, para interpretá-lo, não necessitamos nada mais do que lê-lo. Os seus escritos sobre poesia, a sua exegese referencial do pintor catalão Joan Miró, a sua metalinguagem particularmente nos confiam a chave do tesouro escondido. Não necessitamos sair de dentro dele para falar dele. E ele foi tão ouvido que promoveu severa e oportuna mudança de rumo em nossa poesia do pós-guerra, que parecia encaminhar-se para o histrionismo e o escândalo verbais. João Cabral bloqueou a passagem do dilapidador de palavras. Por quê? Porque é o poeta que pensa, portador de um “coração inteligente”. Como José Paulo Moreira da Fonseca, Paulo Mendes Campos, Geraldo Holanda Cavalcanti, César Leal, Mário Chamie, Ivo Barroso, Marco Lucchesi.

A tarefa do poema consiste em não dilapidar, nem lapidar. Antes ser a palavra como ela é, e como ela não é. A palavra sendo. É assim que leio a poesia de Ferreira Gullar. É assim que os verdadeiros poetas se distinguem dos vendedores ambulantes. A compreensão da literatura requer certa emoção e nenhuma comoção.

Mas a poesia não é, já afirmara anteriormente, propriedade privada do poema. Ela pode estar superiormente situada na narrativa de João Guimarães Rosa ou de Clarice Lispector, na crônica, vazada de superior ironia, de Luís Fernando Veríssimo ou no sotaque “radical chique” de Arnaldo Jabor. Para não falar no patriarca Rubem Braga, ou no geralmente desconcertante Nelson Rodrigues. Prefiro deixar de lado o instantaneísmo oco do relato virtual.

Em João Cabral de Melo Neto convivem, harmoniosamente, o inventor do poema, e o crítico, ou seja, o servidor do texto dotado de aguda consciência crítica. Em Adonias Filho e Clarice Lispector nota-se alternadamente, em aberto conluio com o poema em prosa, uma desterritorialização da narrativa empurrada pelo que de há muito venho designando de realismo imaginário.

Já no pós-guerra, contrariando todas as crenças evolucionistas, teve lugar um retrocesso, com o estancamento da experiência moderna, em plena consolidação pelos romancistas do Nordeste e pelos narradores e poetas do eixo Centro-Sul. A irrupção da contramodernidade de 45 procurou recuperar as formas fixas, enfaticamente o soneto, mas já era tarde. Ela apenas conseguiu repeti-lo redundantemente: monótono e opaco. Com os prazos de validade vencidos, a carência de forças criativas, as ambições excessivas logo se extraviaram.

O crítico exemplar que foi José Guilherme Merquior, que hoje reverenciamos 20 anos depois de sua partida, inesperada e inaceitável, denominou com agudeza “degeneração de 45”. Assim, ela foi a *bolha retórica* lançada no retrovisor da história, toda voltada para trás. Temas sublimes, sensações decrépitas, vocabulário obsoleto, conteúdos crepusculares. É a literatura “bolha”, que se antecipava à “bolha econômica” dos nossos dias. Ela infla de repente e vertiginosamente se esvai. Não tem nada de transitiva, porque é tão só transitória – efêmera, fugaz, volátil.

Um dos romances mais importantes do século XX, que vem a ser *O homem sem qualidades* (os espanhóis traduziram como *O homem sem atributos*), de Robert Musil, este romance traz dentro dele alguns encartes ensaísticos. O mesmo que ocorre com o nosso Octávio de Faria. Dentro de inflexível código disciplinar submisso aos mandamentos das leis ilegítimas da retórica oficial, eles estariam fora de cogitação. Só quem não sabe disso é o norte-americano Harold Bloom, entrincheirado no seu *bunker* ortodoxo, onde os gêneros e o cânone alternam papéis, e o francês Régis Debray, ex-heterodoxo e talvez mais ciclotímico, hoje promotor ardente do “elogio das fronteiras”. E o que dizer do teatro de Samuel Beckett? Ou da narrativa mais recente de Rafael Argullol? Todos em dissonância com a estrutura lógico-temporal do romance acabado, redondo, com princípio, meio e fim.

Outra espécie literária que vem tendo no Brasil um desdobramento policêntrico, desde Machado de Assis, João do Rio, Lima Barreto, Benjamin Costallat, é a chamada crônica. Caracteriza-se predominantemente pela leveza, pela aguda percepção instantânea. É um texto espontâneo, sem ser

ingênuo. Ao lado de cronistas que chamaríamos de profissionais, outros grandes escritores excursionaram por esses domínios. Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Clarice Lispector, Fernando Sabino, Vinicius de Moraes, Paulo Mendes Campos. A lista é interminável. Alguns desavisados a consideram uma manifestação menor. Não assinaria essa sentença aparentemente irrevogável. O que pode existir são profissionais menores, como acontece em outras latitudes.

Há mesmo o caso de um escritor que assegurou a sua presença na literatura brasileira contemporânea apenas ou sobretudo com a sua obra de cronista. Ele se chama, é fácil de se prever, Rubem Braga. A ele, sou tentado a juntar o exemplo vertical de Carlos Heitor Cony, sobre o qual voltarei mais adiante; a prosa matizada, satírica, e bem-humorada de Luís Fernando Veríssimo, e a eclosão atual, liricamente superlativa, criticamente emancipada do polifacetado Ferreira Gullar, não devem passar despercebidas hoje.

O cronista de veio opiniático, frequentemente pesado e inosso, jamais consegue alcançar o patamar aprazível do que o mexicano Octavio Paz chama de “jornalismo de ideias”. Não é o caso do sensato e bem calibrado Marcelo Coelho. Ele consegue.

Quando isso não acontece, a tribuna improvisada se transforma em tribunal de sentenças de última instância, ou em confuso departamento de relações públicas.

Não poderia deixar de juntar aqui os nomes de Antonio Maria, o cantor da alma do Rio, e do nome muito especial do meu elenco preferido: Sergio Porto, a reconstituição amorosa do Rio de Janeiro pré-urbano, dos almoços familiarmente coletivos na praia de Copacabana e a chegada voraz dos arranha-céus, em *A casa demolida*, bem como do seu heterônimo Stanislaw Ponte Preta, a prosa, a crítica e o humor cariocas apontados energicamente contra as mazelas do golpe militar de 1964, reunidos no *Febeapá*.

O exemplo mais acabado de desconstrução está aqui ao meu lado e atende pelo nome de Carlos Heitor Cony. Sinto muito não poder falar de Nélida Piñon e de Ana Maria Machado, porque estou falando de uma época em que elas ainda não haviam nascido. Não gostaria de me esquecer de um sociólogo

titular de um estilo densamente literário, Gilberto Freyre, aquele que um dia enveredou pelas “seminovelas”.

Carlos Heitor Cony sempre foi e é o dissidente de carteirinha. Sou levado a pensar que há nele, em suas obras mais diversas – *Informação ao crucificado*, *O ato e o fato*, *Quase memória*, *Eu, aos pedaços* – uma mesma fidelidade à dissidência. Não se trata do dissidente pelo gosto pueril da divergência. Trata-se do dissidente pela insubmissão frente ao estabelecido, à indolência intelectual, às centralidades petrificadas, a tudo o que possa ser, ou parecer, negação da liberdade. Em *O ato e o fato*, Cony combate “a força e o arbítrio” sem qualquer concessão ideológica. Aí é o íntegro dissidente, longe de qualquer ideologia, que está em ação. O severo e honrado testemunho com que denuncia o golpe de 1964 como exemplo de subserviência aos interesses norte-americanos.

Não faz muito tempo, Carlos Heitor Cony nos entregou o seu *Quase memória*, literatura não só de estilo, porém de carne e osso. Ou de estilo trabalhado discursivamente com carne e osso, o registro trepidante da tragicomédia humana pelos vãos e desvãos do cotidiano. O “quase” é também a recusa do “absoluto literário”, que nos impunha modelos sacralizados, plenos e sublimes, e nos seduzia com as promessas fictícias da estética da apoteose, em geral insensíveis às infiltrações memorialistas a que não escapa o acontecer existencial. E fazendo questão de ignorar que toda memória que se preza é uma “quase memória”. É verdade que, quando a individualidade do memorialista se projeta desmesuradamente, termina se inscrevendo na possível categoria da pós-memória. E o autor deixa de ser a pessoa para ser o personagem. É o caso, por exemplo, do memorialista Gilberto Amado. Aquele que, ao conferir as suas contas no suposto livro do caixa da vida, se inclui na coluna do haver e jamais do deve.

Recentemente, o memorialista agora assumido publica o livro *Eu, aos pedaços*. São memórias, “quase memórias”, pedaços de vida, estilhaços, imunes às classificações canônicas. Esses pedaços, essas partículas dispensam a ênfase, recolhem e revalorizam a dúvida. São pedaços inteiros, sem a menor nostalgia ou a mínima concessão ao catecismo dominante.

O intelectual autocentrado, autoritário e autista já não sensibiliza ninguém. Porque deixou de ser a consciência da sociedade, ou porque a sociedade deixou

de ter consciência, ou ainda porque a consciência deixou escorrer pelo ralo da história o que fora um dia a sua verdade. Os pedaços, o quase e o que se esquia para além do quase passaram a ser metáforas vivas de nossa realidade.

A crônica de abertura deste livro, “Roteiro”, logo se constitui no manifesto afirmativo contra todas as manifestações do *establishment*, em franco dissídio frente às propostas do saber preguiçosamente hegemônico. E então o dissidente imprevisível, talvez mesmo o *outsider* insólito, oferece ao nosso espanto a inesperada coleção de pedaços inteiros.

Este é um livro das coisas cravadas no fundo da alma. Não se trata de um ajuste de contas com a memória, onde os fatos se sucedem dentro de uma ordem mais ou menos previsível. Mesmo as passagens antes conhecidas recebem um outro *aggiornamento* que lhes dá vida nova. O narrador maduro e jamais passado intensifica as batidas cardíacas do texto. O que acontece com a devida altivez, indiferente às objeções de tribunais autoproclamados e à estridência vazia dos aplausos criticamente aleatórios.

Entre os recursos mais viscerais na obra de Carlos Heitor Cony, em grande parte consequência da sua aversão congênita pelas ortodoxias, encontra-se o cultivo apurado das contradições. Jamais a contradição inabalavelmente remetida para a síntese, para a anulação pura e simples dos polos da contenda, em nome de uma harmonia artificial. A transcendência e a cotidianidade podem coabitar criativamente, sob os auspícios da imaginação. Esses estranhos regimes de convivência não param de nos surpreender. Quando a temperatura dramática começa a subir, e talvez a divisar o trágico, Cony desconstrói; interrompe e estanca a cena, introduzindo o corte da navalha afiada do humor. São artes e artimanhas de Carlos Heitor Cony, dissidente *full time*.

Convém lembrar enfim dos diários, que, quando resistem às tentações narcisísticas do sujeito mais do que feliz, nos trazem uma outra memória – a memória ao vivo.

Ia me esquecendo do ensaio, a forma informal, minha imprecisa praia. Logo eu que não faço outra coisa senão ensaiar o tempo todo. O laborioso texto do ensaio confirma que linguagem e pensamento são reciprocamente constitutivos.

O ensaio nunca se distingue pelo peso do compêndio nem pela descontração da crônica. Por isso, podemos falar desde Michel de Montaigne, seu inventor moderno, a José Ortega y Gasset, encarnação superlativa, de Gilberto Freyre, Eduardo Lourenço, a Roland Barthes, protagonistas do ensaísmo de ponta, na sustentável leveza do ensaio.

Por tudo isso, se alguém com uma jovem vocação de escritor me perguntasse sobre o que deveria fazer para se transformar em um escritor, responderia sem pestanejar: siga adiante ao largo da canonização dos gêneros literários.

Mário Chamie (1933-2011)*

EDUARDO PORTELLA

Venho registrar, com indisfarçável dificuldade, a perda inesperada do poeta e crítico Mário Chamie. Ambos superiormente dotados.

Em Mário Chamie, ao contrário dos servidores servis do previsível, o poeta é aquele que fala o que ainda não foi dito, que escreve o que nunca foi escrito. Não copia, nem imita, nem dissolve. Inventava simplesmente, no conluio insólito e sábio da palavra com a imaginação. Trabalha no outro lado dos que se comprazem com a distribuição abusiva de impressões desconectadas, de bravatas verborrágicas, carentes de consistência crítica, desamparadas teoricamente.

Mário Chamie é o intelectual de **lavra** laboriosa, enérgico e certo na pontaria. Nem vacilante, nem trêmulo, e muito menos morno. Relendo-o não consigo conter a vontade de enfatizar: é preciso varrer da face da terra a crítica morna, parasitária, repetitiva, fechada no pequeno mundo

* Manifestação de pesar proferida na sessão ordinária de 7/7/2011 da Academia Brasileira de Letras, por motivo do falecimento do escritor Mário Chamie.

das trocas de obséquios. O ensaísta Mário Chamie seguia à risca a estratégia do desbravador. Íntegro, preciso e iluminado. Generoso mesmo. Em hora alguma tolerante com a intolerância. Era membro destacado da família *Tempo Brasileiro*.

O poeta jamais é um mero **reescritor**. O meu saudoso amigo, o também poeta Félix de Athayde, gostava de referir-se pejorativamente ao que chamava de **reescritor**. Aquele que repete o que já fora verbalizado anteriormente. Tinha razão.

Por sua vez o crítico – e Mário Chamie é um exemplo – é aquele que vê antes, sempre criteriosamente, tecnicamente sustentado, existencialmente plantado, aquele que, pelo menos por alguns instantes, consegue ser coautor, sem traumas nem ressentimentos.

Instauração foi a palavra de ordem do movimento vanguardista Práxis, por ele criado em momento oportuno da nossa contemporaneidade literária, e que contou com a participação qualificada de José Guilherme Merquior, entre muitos outros.

Mário Chamie foi igualmente o militante ativo e altivo da frente comum que se opôs à sacralização do poema e à mistificação da palavra. O que significa pregar pela poética vertical, nem balofa, nem esquálida, nem opulenta, nem tão somente desidratada. Nada disso passou despercebido à argúcia crítica do poeta maior Cassiano Ricardo.

Mário Chamie resistiu sempre a certas tendências predominantes a partir do nosso pós-guerra: a inflação verbal, o retorno anêmico a formas codificadas ou petrificadas e o aproveitamento indiferenciado de materiais reciclados.

Muito apreendemos com a sua leitura penetrante: dos homens, das coisas, dos gestos, dos sinais esquivos, do silêncio, da desolação, da letra insubmissa, da esperança. Desde os dias matinais, antes até da eclosão do *Lavra-lavra* até os *Caminhos da Carta*, passado, presente e talvez futuro, de Pero Vaz de Caminha, ou mais recentemente às desconcertantes *Neonarrativas*.

Mário Chamie, pelo que fez, pela literatura, pela cultura, pelo homem brasileiro, pertence à linhagem dos que perderam o direito à morte. Restamos celebrar a vida com ele.

Petit Trianon – Doado pelo governo francês em 1923.
Sede da Academia Brasileira de Letras,
Av. Presidente Wilson, 203
Castelo – Rio de Janeiro – RJ



PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n.º 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.

CADEIRA	PATRONOS	FUNDADORES	MEMBROS EFETIVOS
01	Adelino Fontoura	Luís Murat	Ana Maria Machado
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basilio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	José Murilo de Carvalho
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Cícero Sandroni
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Nelson Pereira dos Santos
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Cleonice Serôa da Motta Berardinelli
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Lêdo Ivo
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Helio Jaguaribe
12	França Júnior	Urbano Duarte	Alfredo Bosi
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Celso Lafer
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Marco Lucchesi
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Affonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Antonio Carlos Secchin
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	Ivo Pitanguy
23	José de Alencar	Machado de Assis	Luiz Paulo Horta
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Sábato Magaldi
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinícios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Eduardo Portella
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Domicio Proença Filho
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Geraldo Holanda Cavalcanti
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Merval Pereira
32	Araújo Porto-Alegre	Carlos de Laet	Ariano Suassuna
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	João Ubaldo Ribeiro
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	João de Scantimburgo
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Ivan Junqueira
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Marco Maciel
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Evaristo de Moraes Filho

COMPOSTO EM MONOTYPE CENTAUR 12/16 PT; CITAÇÕES, 10,5/16 PT

